

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Renda mínima: os casos do Alasca, Irã e Maricá	1
VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Trabalho remoto vai mudar espaços comerciais	3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/06/2020

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Renda mínima: os casos do Alasca, Irã e Maricá

A proposta de criação de uma renda mínima a cargo do Estado não é nova e, apesar de sua aparência revolucionária, foi elaborada por uma das mais expressivas autoridades do liberalismo econômico e um dos maiores nomes da Escola de Chicago, o monetarista Milton Friedman, guru do atual ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes. Nos anos 60, Friedman propôs o Imposto de

Renda negativo: quem não atingisse determinado nível de renda passaria a ter direito à transferência de recursos do Tesouro. O alastramento do desemprego e, agora, os efeitos da pandemia sobre o poder aquisitivo do trabalhador esquentaram o debate sobre a instituição de mecanismos de distribuição dessa renda básica, também para garantir a sobrevivência das empresas.

Portanto, essa não é uma demanda socialista ou social-democrata. A sobrevivência do regime capitalista e do mercado de consumo parece depender da adoção de um sistema assim. O problema não é doutrinário, mas prático: como financiar um projeto desses numa paisagem de Tesouros quebrados. Mais ainda, depois de décadas de debates sobre o tema, não se sabe até o momento como montar um sistema desses que seja sustentável. As experiências globais são poucas e de âmbito restrito.

A primeira delas aconteceu no Estado do Alasca (Estados Unidos), em 1982, que utilizou os royalties do petróleo para criação de um fundo que deu cobertura para uma rede de proteção básica. Esse fundo conta hoje com um patrimônio de US\$ 62 bilhões, que transfere US\$ 1 mil por ano para os 580 mil habitantes do Estado. Outra dessas tentativas surgiu no Irã. Em 2010, o governo revogou um antigo e custoso programa de subsídios que beneficiava o setor do petróleo. O efeito imediato foi a alta da energia elétrica e dos combustíveis. Parte desses recursos foi canalizada para prover uma renda de US\$ 40 para todas as famílias. O programa foi muito prejudicado a partir de 2013, pelo boicote comercial e pela inflação. Hoje, contempla cerca de 18 milhões de famílias (90% da população), mas o benefício caiu à metade.

O mais sugestivo exemplo mundial não está no Hemisfério Norte nem no Oriente, mas aqui ao lado, como bem lembrou o colunista do Estado Pedro Fernando Nery na edição do último dia 16. O município de Maricá, no Estado do Rio, distribui desde 2013 a Renda Básica da Cidadania, coberta por 10% da receita de royalties e da participação especial do pré-sal que hoje provém do Campo de Lula. No município, 42 mil dos 161 mil habitantes têm direito ao extra de R\$ 300 por mês. Devem comprovar moradia na cidade por mais de três anos e renda não superior a três salários mínimos por mês. O patrimônio do fundo que sustenta o projeto atinge hoje R\$ 270 milhões e tem por objetivo chegar a R\$ 2 bilhões em 2028.

Assim, um município pequeno tornou-se estrela mundial na categoria, num país já reconhecido pelo sucesso do Bolsa Família. Uma das sacadas do programa foi a criação de uma moeda digital chamada mumbuca. É administrada por um banco comunitário homônimo e mantém paridade de 1 por 1 com o real. Serve para pagamentos também dentro do município. Essa moeda foi o jeito encontrado para evitar que a população gastasse os recursos em cidades vizinhas. De quebra, incentiva o comércio local e ajuda na arrecadação.

Um dos temores dos estudiosos do caso Maricá é o efeito dessa renda sobre o comércio local. O Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o instituto de pesquisas americano Jain Family Institute (JFI), começou a se debruçar sobre o tema apenas neste ano. A experiência da Finlândia não é relevante porque teve caráter temporário, usada apenas como teste. E a da Noruega, inspiração de Maricá, não pode ser considerada programa de renda mínima, porque o fundo formado por parte dos royalties obtidos com o petróleo do Mar do Norte destina-se a ajudar na cobertura da previdência social, e não para o poder aquisitivo do trabalhador de baixa renda.

Mas os exemplos do Alasca, do Irã e de Maricá apontam para uma grande fragilidade. Baseiam-se nas receitas do petróleo, produto sujeito a enormes distúrbios geopolíticos (caso do Irã) e de mercado (como agora na pandemia). Afora isso, dentro de mais alguns anos, bye-bye era do petróleo -- embora o subsolo global ainda possa conter jazidas gigantescas de óleo e gás. Assim, as discussões sobre uma fonte sustentável para a cobertura de programas de renda mínima continuam abertas. / COM GUILHERME GUERRA

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/06/2020

Seção: Economia

Autor: CASSIA ALMEIDA E HENRIQUE GOMES BATISTA RIO E SÃO PAULO

Título: Trabalho remoto vai mudar espaços comerciais

Grandes empresas, como a Petrobras, já anunciaram que pretendem manter parte dos funcionários em casa

Uma parte relevante dos que estão trabalhando remotamente não deve retomar a rotina diária dividida entre escritório e casa. Muitos espaços ocupados por esses trabalhadores vão mudar ou deixarão de existir, afirmam especialistas.

Leonardo Schneider, vice-presidente do Secovi-Rio, Sindicato da Habitação, diz que o conceito de escritório vai mudar e afetar a locação comercial, exatamente no momento em que o setor começava a se recuperar da última recessão de 2015 e 2016.

—Aquela tradição de trabalhar das 9h às 18h, de segunda a sexta, vai mudar. Vamos unir a vida pessoal com a profissional. A pandemia levará a novo layout de plantas e espaços. Salões em vez de espaços menores, onde cada um tem sua mesa.

A Petrobras já comunicou que pretende pôr metade dos 20 mil funcionários de serviços administrativos em home office, pelo menos três vezes por semana. Bancos, gestoras de recursos e corretoras, como a XP Investimentos, também anunciaram planos de manter os empregados em casa.

O arquiteto Ronald Goulart percebeu essa tendência no atendimento aos clientes empresariais:

— As empresas descobriram que não precisam ter todas as pessoas no escritório. Isso diminui os custos, desde o cafezinho até o vale-transporte. Com a internet, seu escritório é o computador. Essa mudança é para sempre.

Guilherme SantAnna, responsável pela área de Gente & Gestão da XP, afirma que a nova sede campestre nos arredores de São Paulo — a chamada Villa XP —, que deve ficar pronta no fim de 2021, vai melhorar a qualidade de vida dos funcionários. O modelo foi criticado por criar uma cidade exclusiva, de difícil acesso principalmente para os empregados que ganham menos:

—A crítica é infundada, a nova sede não é para as pessoas irem todo dia, é um escritório de apoio. Vamos ter poucos funcionários que vão todos os dias lá, e eles poderão morar na região. Isso até beneficia os trabalhadores mais humildes, que, em tese, poderão morar fora de São Paulo, onde o imóvel é mais barato. Vamos ter, no máximo, 20% dos funcionários frequentando diariamente o escritório —disse SantAnna, que afirma que a XP continuará com escritório na Avenida Faria Lima, onde haveria um bom ambiente de troca de ideias na metrópole.

PORTO RESIDENCIAL

No Rio, a revitalização esperada na Zona Portuária, com o Porto Maravilha e seus altos edifícios comerciais, pode mudar de rumo se as transformações nas cidades se confirmarem. O arquiteto Sergio Conde Caldas, de um dos principais escritórios do Rio, vê na região uma oportunidade de dar cara mais residencial ao Centro:

—Para o Porto Maravilha, o residencial é a salvação. O Centro e a Lapa vivem de ciclos ligados ao petróleo. Hoje, o setor está com dificuldade. É uma oportunidade.

Claudio Hermolin, presidente da Ademi-RJ, que reúne empresas do mercado imobiliário, lembra que já havia, desde o início, previsão de empreendimentos residenciais na Zona Portuária:

— Se não fosse a crise, já estaríamos vendo projetos residenciais no Porto.

O arquiteto Afonso Kuenerz vê também um encolhimento do espaço comercial nas cidades:

— Houve uma alavancada violentíssima (no home office). Eu imagino que uma das consequências será a redução do número de salas comerciais, escritórios com espaçamento maior e redução da metragem comercial. Esse movimento vai aliviar o trânsito e beneficiar o planejamento.

Kuenerz cita o próprio exemplo, ao fazer uma reunião com os dirigentes de uma empresa que tem escritório no Centro:

— Não gastei um minuto no deslocamento.

ESCRITÓRIO MAIS SAUDÁVEL

Jadson Andrade, chefe de Pesquisa e Inteligência de Mercado para América do Sul da consultoria Cushman & Wakefield, não vê mudanças bruscas em pouco tempo. Os contratos de locação são de longo prazo, e as mudanças para permitir escritórios mais saudáveis impedirão reduções mais drásticas nas áreas dos escritórios. Pesquisa feita por ele com os clientes mostrou que 29% deles têm intenção de entregar áreas:

—Mesmo assim, há o movimento de escritórios mais espaçados, o que pode mudar essa lógica. O recomendado agora é ter dez metros quadrados por funcionário.

Segundo Andrade, hoje a média em São Paulo é de 7,5 metros quadrados. Em call center, são quatro metros quadrados por funcionário.

Daniele Guedes, proprietária da NovaTamboré Imóveis, especializada em casas de condomínio na região de Alphaville, na Grande São Paulo, viu uma mudança nos clientes residenciais exatamente por essa nova disposição:

—Com a busca de escritórios fora de São Paulo, aumentou também a procura por casas em outras cidades da Região Metropolitana.

Basilio Jafet, presidente do Secovi-SP, diz que pode surgir uma cidade mais descentralizada, com mais focos de atração de emprego e moradia, mas que ainda será o motor da inovação.

—As metrópoles continuarão tendo espaço para todos, inclusive para os que querem morar em pequenos apartamentos em regiões muito densas.

MME / ASCOM .